

Cidadania no quadro da sociedade atual

Os sistemas educativos que contribuem para a formação de cidadãos capazes de participar na vida social e cívica ao nível local, nacional e internacional, devem ser apoiados, pois contribuem para processos de transformação através de uma intervenção consciente, competente e responsável na construção de sociedades justas, pacíficas, coesas e multiculturais, centradas na pessoa e na dignidade humana e promotoras do desenvolvimento sustentável, em linha com as linhas de ação da UNESCO e a Agenda 2030 das Nações Unidas.

Declaração conjunta sobre educação e Cidadania/Declaração pela cidadania Democrática - Conferência Internacional - Educação, Cidadania, Mundo. Que escola para que sociedade? Lisboa, 28 e 29 de maio de 2019.

O sistema educativo não se encontra isolado do que se passa no Mundo, acompanha-o, como é desejável, visando antecipar possíveis respostas a toda a espécie de novos desafios, desconstruindo leituras não assentes no conhecimento. O sistema educativo deve, por isso, educar a agir sobre o presente, aquilo que chega continuamente e que, por vezes, nos deixa sem palavras, boquiabertos perante fenómenos que resultam da mutação acelerada de contextos económicos, sociais e geopolíticos.

A componente curricular de Cidadania e Desenvolvimento procura criar nas escolas, através de um trabalho transversal e de articulação disciplinar com abordagem de natureza interdisciplinar, um espaço onde se pensa sobre a atualidade, onde se parte do presente para que, lendo-o, se possa utilizar conceitos como democracia ativa, participação democrática, democracia representativa e pluralista, enfim, termos que podem corresponder a conceitos vazios se não os soubermos apresentar. Há que, em contextos educativos que se pretendem dinâmicos, fomentar parcerias alicerçadas em orientações para políticas públicas.

No ano letivo de 2017/2018, em cerca de 230 escolas do país, no âmbito do Projeto Piloto de Autonomia e Flexibilidade Curricular (PAFC), foi implementada nos anos iniciais de ciclo 5º e 7º anos a disciplina de Cidadania e Desenvolvimento, de forma autonomizada, e de forma transversal nos 1º e 10º anos. Durante o atual ano letivo todas as escolas desenvolvem já a oferta de Cidadania e Desenvolvimento de uma forma mais alargada.

O Decreto-lei nº. 55/2018, de 6 de julho, veio operacionalizar os grandes referenciais constituídos pelo *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória* e pela *Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania (ENEC)*, que se constituem como a matriz para as decisões a adotar por decisores e atores educativos ao nível dos estabelecimentos de educação e ensino e dos organismos responsáveis pelas políticas educativas.

É neste enquadramento que a Direção-Geral da Educação tem atuado, no apoio às escolas na implementação da componente curricular de Cidadania e Desenvolvimento. Para isso, criou uma equipa que coordena a elaboração de vários referenciais - Direitos Humanos, Instituições e Participação Democrática, Mundo do Trabalho, Bem-Estar Animal, Voluntariado -, que realiza encontros regionais para os quais convida todos os Coordenadores de Educação para a Cidadania, disseminando boas práticas, que promove ações de formação de curta duração, que tem respondido a convites de Centros de Formação e de Escolas/Agrupamentos de Escolas para participar em jornadas, encontros, conferências, ações de formação, que realiza reuniões com outros parceiros, como organizações da sociedade civil, institutos públicos e privados, outros organismos das administrações central e local do Estado, e que, em articulação com a Secretaria de Estado para a Cidadania e Igualdade, promoveu uma ação de formação intitulada «Educação para a Cidadania: do Enquadramento às Práticas» em que participaram 936 formandos.

É este trabalho de articulação, de acompanhamento, de apoio, de divulgação e de reconhecimento público do trabalho realizado nas escolas que a equipa da DGE elege como essencial. Se cabe às escolas concretizar as medidas de política educativa, fixadas naqueles documentos, no quadro da sua autonomia e, diria mais, no quadro de cada contexto social concreto, cabe à DGE apoiá-las, no quadro das suas competências, no caminho que escolheram fazer. Neste sentido, foi realizado um inquérito, dirigido aos Coordenadores de Cidadania e Desenvolvimento, com o objetivo de permitir à DGE ter uma leitura mais precisa do trabalho que se tem vindo a desenvolver nas escolas para que, a partir dessa leitura, possa apoiar de modo mais individualizado as escolas.

Este é o caminho que a DGE e as escolas, através de todos os docentes e com o seu coordenador de educação para a cidadania na escola, iniciaram este ano, para que a componente curricular de Cidadania e Desenvolvimento seja uma área que se constitua como a espinha dorsal da ação educativa, procurando a promoção de uma cultura inclusiva, de paz e de tolerância ativa, fundada nos Direitos Humanos, prevenindo e combatendo o discurso de ódio sempre gerador de conflitos.

José Carlos Sousa
Diretor de Serviços da Direção de Serviços de Projetos Educativos (DSPE/DGE)